

FAMÍLIA, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dra. Ana Barreiros de Carvalho¹

RESUMO

O presente trabalho trata do tema família e desenvolvimento sustentável e tem como objetivo responder à questão sobre qual a importância da família para o desenvolvimento sustentável. Foi utilizada uma metodologia qualitativa e o mesmo representa um levantamento bibliográfico exploratório, tendo sido utilizados, livros científicos, artigos da base de dados Scielo, SAGE e Google Acadêmico. Nota-se a relevância desse tema na contemporaneidade, haja vista a necessidade de repensar as políticas de apoio à família com vistas ao atual debate sobre esse tema, sendo a família vista como um precioso capital social e importante para o desenvolvimento social e econômico.

Palavras-chave: Família. Capital Social. Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Verifica-se no mundo contemporânea uma perda da importância da família alargada como célula estruturante da sociedade e unidade econômica e providencial, para Portugal (2013, p.502), “existe uma ideia generalizada de que a dádiva desapareceu das sociedades contemporâneas e deu lugar ao cálculo racional e à troca mercantil”, pois à medida que o individualismo ganha espaço, a generosidade é substituída pelo cálculo egoísta, haja vista que segundo Lipovetzky (2009), com o Estado centralizado surge o indivíduo moderno, que se considera isoladamente, absorve-se na dimensão particular, recusa-se a se submeter às regras ancestrais exteriores à sua vontade íntima, e reconhece como fundamental apenas a sua sobrevivência e seu interesse próprio. “A igualdade sai da fase moderna, recicla-se à era pós-moderna no momento em que, precisamente, a demanda da liberdade é superior à da igualdade”. Lipovetzky (2009, p.109).

Sendo assim, o Estado apresenta-se como substituto da dádiva.

¹ Pós-doutoranda e doutora no Programa de Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador - UCSal., estágio sanduiche na Clark University, Massachusetts, USA, com apoio da CAPES. Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos, UFBA, Graduada e mestre em Administração pela UFBA., e Psicodramatista, FEBRAP. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. abc@uefs.br

o sistema da dívida distingue-se, claramente, dos sistemas caritativos e estatal e tem um papel bastante diferente destes, nas sociedades modernas. Ao sistema caritativo falta um elemento essencial da dívida: a reciprocidade. A construção do Estado moderno implicou a ruptura com a tradição, desvalorização das solidariedades primárias em troca de uma solidariedade abstrata, a substituição da dívida interpessoal pelo pagamento de impostos. Mas um “dom” imposto não é um dom. Se a dívida se alimenta de liberdade, generosidade e voluntariedade, a providência estatal alimenta-se de imposição e constrangimento. Portugal (2013, p.604).

O presente trabalho trata do tema família e desenvolvimento sustentável e tem como objetivo responder à questão sobre qual a importância da família para o desenvolvimento sustentável. Foi utilizada uma metodologia qualitativa e o mesmo representa um levantamento bibliográfico exploratório, tendo sido utilizados, livros científicos, artigos da base de dados Scielo, SAGE e Google Acadêmico. Nota-se a relevância desse tema na contemporaneidade, haja vista a necessidade de repensar as políticas de apoio à família com vistas ao atual debate sobre esse tema.

2. FAMÍLIA: EVOLUÇÃO E CRISE

Desde a antiguidade a família sempre representou a base da sociedade e, como tal, mereceu atenção das políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento social, haja vista que, segundo Aristóteles (2003, p.15), “o Estado é formado pela reunião das famílias”. Verificamos, no decorrer dos últimos anos, que o conceito de família vem sofrendo muitas alterações e, como principal mudança nota-se a desconstrução do poder paterno, pois, desde a antiguidade até a modernidade, o poder paterno era tido como natural e irrestrito pois, ainda segundo Aristóteles (2003, p.18), “os animais são machos e fêmeas. É mais perfeito o macho, e dirige; é o menos a fêmea, e obedece. Essa lei é aplicada naturalmente a todos os homens” e continua ele: “de modo natural, o homem é mais destinado a mandar do que a mulher (excluindo-se, por certo, as exceções contra a natureza), assim como o ser mais idoso e mais perfeito deve ter autoridade sobre o ser incompleto e mais jovem” (ARISTÓTELES, 2003, p.31). Segundo Strauss e Cropsey (2013, p.165) em seu livro sobre filosofia política; para São Tomaz de Aquino, “A primeira cidade a que pertence, e sem a qual não poderia viver, muito menos viver bem, é a família, cujo

objetivo específico é satisfazer as necessidades da vida e, assim, garantir tanto a preservação do indivíduo como da espécie”. Dessa forma, a família é o lugar onde garante-se a satisfação das necessidades mais elementares do ser humano, como as necessidades de amor, afiliação, alimentação, proteção, assegurando-lhe assim a sua sobrevivência. Completa, ainda, Strauss e Cropsey (2013), que com o declínio do mundo antigo, a família está firmemente perdendo a sua forma e sua significância social, e o Estado absorve mais e mais a vida dos seus membros.

A partir da modernidade a forma participativa das tomadas de decisões na vida social torna-se mais valorizada, e o método democrático e a liberdade de expressão e de agregação é a sua marca. No mundo contemporâneo, a aprovação à ideia de democracia é praticamente inegociável. Segundo Shapiro, I. (2006), as instituições internacionais normalmente tentam condicionar a ajuda aos países em desenvolvimento à adoção, por parte deles, de eleições regulares e de outras reformas democráticas. A modernidade também trouxe uma mudança na ordem milenar de dominação estabelecida no interior das famílias e a busca de novos conceitos e conseqüente desconstrução do conceito de família tradicional, pois “A crise da família não é apenas um produto da revolução sexual e feminista, apesar dela ter acelerado o estado de deterioração. O declínio da família é herança do que é comumente chamado de modernidade.” Baskerville e Colledge (2009, p. 169).

3. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO E A DESCONSTRUÇÃO DAS FAMÍLIAS

As funções que eram desempenhadas pela família estão agora nas mãos do Estado, que educa as crianças e toma a responsabilidade pela manutenção da saúde. O Estado almeja adquirir apenas o suficiente poder da família para poder justificar suas funções de governo e essas mudanças vêm ocorrendo lentamente, através dos séculos e de maneira imperceptível. “O isolamento da família tem acontecido de forma tão incremental que cada geração tem se aculturado a essas mudanças, realizando mais mudanças às atuais, e passando-as para a próxima geração”, Baskerville e Colledge (2009, p.42). Cada geração aceita como normal o que teria chocado seus avós: sexo antes do casamento, coabitação, ilegitimidade, divórcio, casamento com pessoas do mesmo sexo, cuidados fora da família.

A família e a paternidade vêm atuando num contexto orientado por uma lógica pós-moderna que é dirigida por uma filosofia niilista “que considera que não há base imutável, nenhum Deus ou ser eterno tal como na tradição ocidental desde Platão imaginou estar por trás da experiência” (STRAUSS E CROPSEY, 2013, p.795). No entanto, se nada é fundamentalmente verdadeiro, “tudo é permitido”, assim, a fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno. Nota-se aí uma caricatura de liberdade, pois, a pretensão de que o homem é livre para organizar a própria vida sem referência alguma a valores morais confunde a liberdade com a licenciosidade de fazer escolhas e nos leva a uma democracia sem valores que pode converter-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra (SIRICO e ZIEBA 2000) e, dessa forma, deixando escapar o sentido essencial da vida e da natureza humana que encontra-se nas relações de afeto, confiança e proteção, que verificamos como característica básica do grupo de socialização primária chamado família. Devido à essa nova lógica permissiva contida na filosofia niilista, a paternidade, como símbolo de autoridade e de estabelecimento de normas e regras de comportamento, vem sendo desconstruída e dando lugar a famílias monoparentais haja vista que, segundo Carvalho, (2013, p.39):

O mapeamento realizado pela Promundo (2009), com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA e coordenado pelo International Center for Research on Women (ICRW) e envolvendo atividades em sete países além do Brasil: África do Sul, Camboja, Chile, Croácia, México, Índia e Tanzânia, constata que em contextos de crescentes separações, de aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e de níveis de desemprego crescentes, faz-se necessário um amplo debate em torno da paternidade para além da figura do homem provedor.

Para Petrini, (2003), o Estado de Bem-estar elegeu o indivíduo como portador de direitos e centro das políticas sociais e não mais os sujeitos coletivos, como por exemplo, a família e a comunidade, privilegiando uma mentalidade individualista, procurando proteger os direitos da “criança”, promover “a mulher”, acompanhar “o idoso”, cuidar do “cidadão”. As necessidades individuais tornam-se o centro da atenção da administração pública, bem como das instituições privadas, que

expandiram suas atividades para responder às carências assim detectadas. Sendo assim, a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização primária e de amparo aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade que poderão desembocar em situações de aumento da marginalização social.

Segundo McAllister e Burgess (2012), quando os serviços e intervenções procuram recrutar, atrair e manter o pai de forma eficaz, como uma parte integrante do trabalho com famílias e deslocam a atenção da realização da intervenção, preocupando-se prioritariamente com as necessidades do pai e da mãe, também o pai, em retorno, se permite entrar no mundo da mulher e da criança e a sua participação no serviço e nas intervenções cresce muito. O que comprova a necessidade de uma abordagem holística e não fragmentada das políticas para a família e a paternidade.

A principal tarefa do Estado é garantir a segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar dos frutos do seu trabalho e, conseqüentemente, sinta-se estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade, porém;

A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes improprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas, é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e à ordem econômica Sirico e Zieba, (2000, p.127).

No contexto pós-moderno existe, cumulativamente, uma globalização econômica que nos traz conseqüências positivas como também negativas que devem ser consideradas quando se realiza uma análise do contexto atual de desconstrução das famílias e da paternidade e da construção do Estado. Esse contexto de globalização econômica deve ser analisado à luz dos princípios de justiça social, respeitando a opção preferencial pelos pobres que devem ser colocados em condições de defenderem-se numa economia globalizada, e das exigências do bem comum internacional, pois, cada vez mais, os organismos internacionais vêm assumindo o papel de regulamentar as relações entre as nações e direcionar o comportamento “democrático” e aceitável não só na sociedade, como

também dentro das famílias contemporâneas, haja vista os fatos relatados por Petrini (2003, p.59):

a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, deu ênfase a um individualismo radical, com a reivindicação de “novos direitos, com escassa atenção à cooperação entre os sexos e entre as gerações... o programa de ação proposto praticamente não menciona o amor, o matrimônio, a maternidade e, a vida em família, ou são lembrados num enfoque negativo, como fonte de opressão ou obstáculo ao progresso da mulher.

Do programa de Ação da Conferência da Mulher, “emerge uma imagem parcial de mulher e de sociedade, que deixa fora de sua atenção muitos dos aspectos mais importantes da experiência humana para a felicidade das pessoas” Petrini, (2003, p.173). As exigências são bem apresentadas, mas as respostas dadas não parecem capazes de manter a promessa de emancipação.

Necessário se faz que novas formas de atuação no interior das famílias sejam apoiadas por políticas que busquem, não voltar ao modelo antigo de família, mas sim, de consolidar passos que contribuam para um crescimento humano para todos os membros da mesma, fortalecendo os seus vínculos e estabelecendo o respeito, o amor e a confiança.

4. A FAMÍLIA E O CAPITAL SOCIAL

A tomada a cargo pelo Estado de funções desempenhadas pelas redes primárias pode incentivar os indivíduos a abandonarem suas obrigações sociais. Pagar impostos torna-se uma forma de ser solidário com todos e com ninguém, ou seja, sem estabelecer e/ou alimentar qualquer vínculo social. Contrariando a tendência moderna ao individualismo verifica-se no debate contemporâneo, Coleman (1988), Putnam (2001) e Syrett (2007), a noção de capital social e sua crescente importância para o desenvolvimento sustentável e que tem preenchido os debates relativos à posição política, social, de desenvolvimento e exclusão social. No contexto do desenvolvimento local e regional, o capital social (constituído por organizações sociais, tais como redes e normas que facilitam e se beneficiam de

ações coordenadas) tem assumido o papel central nos debates relativos aos componentes socioculturais do processo de desenvolvimento econômico.

Segundo Petrini (2015, p.221) “o capital social consiste num certo tipo de relações, aquelas nas quais as pessoas mostram e praticam a confiança recíproca e seguem normas de cooperação, solidariedade e reciprocidade”. Para Bourdieu (2005) o conceito de capital social é resultado de diferenças residuais conectadas, difundidas, dos recursos que podem ser agrupados e gerenciados pelas redes de relações de várias densidades e tamanhos e que, frequentemente, é usado para corrigir as implicações do modelo dominante, através da ação das redes sociais. A ideia central da teoria do capital social é que as redes sociais têm valor.

Assim como o capital físico e o capital humano podem aumentar a produtividade, o contrato social também aumenta a produtividade de indivíduos e grupos. O capital físico refere-se a objetos, o capital humano refere-se às propriedades dos indivíduos e o capital social se refere às conexões entre os indivíduos, redes e normas sociais de reciprocidade e confiança que se desenvolvem entre eles. Nesse sentido, para Putnam (2001), o capital social se aproxima do que chamamos de virtudes cívicas. A diferença é o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando inserida numa densa rede de relações sociais recíprocas. Uma sociedade de muito indivíduos virtuosos, porém isolados, não é necessariamente rica em capital social. “Uma certa forma de capital social pode ser útil e de grande valor de facilitação para alguns atores e pode ser inútil ou ruim para outros”, Coleman (1988, p.98).

Quando a coesão interna é vivida em função da presença da família com o exterior, então a família é fonte de capital social comunitário e generalizado (PETRINI, 2015). As análises sociológicas extensivas tratam o indivíduo como unidade independente, os indivíduos pertencem a categorias, mas também a redes relacionais, e as categorias não são mais do que reflexo das relações estruturais que os ligam entre si (PORTUGAL, 2014, p.872), elas não podem ser dadas a priori e definitivamente, mas antes emergir da análise das relações entre os seus elementos que compõem a estrutura. O ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto das relações que as interliga. Não se pode querer entender a estrutura e

ignorar as relações que se estabelecem entre seus elementos. A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada nos modelos de interação entre os atores sociais, em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. Segundo Portugal (2014, p.876), “a análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas estruturas têm uma realidade própria”. Da mesma forma, Petrini (2015) considera o “capital social familiar” como uma propriedade das relações e não dos indivíduos, como uma qualidade específica das relações que constituem uma família e, para esse autor, sem as ações de proteção, promoção e cuidado feitas pelas famílias junto a doentes, idosos e desempregados, a sociedade entraria em colapso.

Bourdieu (1980) deixa clara a existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos aceder aos recursos e a qualidade e quantidade desses recursos. Enquanto a abordagem de Bourdieu e Coleman olham o capital social à partir do indivíduo, os outros transferiram os seus questionamentos para a dimensão coletiva. O principal responsável pela difusão desta perspectiva foi o americano Robert Putnam, o sucesso de sua obra *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*, (2000), ultrapassou largamente a comunidade acadêmica e levou a opinião pública americana a interrogar-se sobre o declínio da participação cívica dos cidadãos americanos.

Outro importante ponto de discussão sobre o capital social é sobre os seus efeitos positivos e negativos. Putnam foi várias vezes criticado pela sua visão “dourada” acerca do capital social e das vantagens cívicas para o bem público. Esta crítica é muitas vezes apressada, dado que, apesar da sua perspectiva otimista, o autor foi o primeiro a reconhecer a existência de um “lado obscuro” do capital social: “ele pode ser dirigido para propósitos malévolos e antissociais, como qualquer outra forma de capital” (PUTNAM, 2001, p.22). No entanto, a esmagadora maioria da literatura enfatiza o lado positivo do capital social. Assim também, as relações familiares podem apresentar um déficit de bens relacionais, e nos casos de violência intrafamiliar e outros, podem originar um capital social negativo. De certa forma, pode-se explicar esse déficit de bens relacionais, no fato de que a sociedade de consumo enfatiza a neutralidade das relações interpessoais, trazendo a indiferença ao destino e aos julgamentos do outro. Dessa forma, o outro se encontra privado de

substância, tornando-se um figurante vazio de risco, seja ele um membro do grupo familiar um pouco distante, um vizinho de andar ou um colega de trabalho, “é essa redução do relacionamento humano acompanhada pelo hiperinvestimento individualista ou narcísico que se encontra no princípio dos atos de violência” Lipovetzky (2009, p. 170). É exatamente onde o relacionamento interpessoal não se institui sob a base da indiferença, isto é, no meio familiar ou entre amigos, que a violência é mais frequente.

Notamos também a relevância da integração dos programas de apoio à família, como visto no Relatório intitulado United States Government Accountability Office - GAO (2013), que salienta que nos Estados Unidos houve um declínio da taxa de casamentos e a taxa de divórcios mais que duplicou, no período de 1960 a 1979, havendo também um aumento na taxa de nascimento de crianças fora do casamento.

os programas americanos de planejamento familiar têm reduzido a gravidez e o nascimento fora do casamento e são eficazes na redução das despesas governamentais, pois diminuem as despesas médicas. Os programas americanos de contracepção e abstinência sexual têm contribuído para o declínio da gravidez indesejada. Carvalho, A. B. (2016, p.320).

Nota-se que nos Estados Unidos, existe uma integração de políticas de apoio à família através do Fundo de Assistência Temporária para Famílias Necessitadas, haja vista os diferentes objetivos desse fundo, envolvendo desde (1) a assistência famílias necessitadas de forma que as crianças vivam com seus pais; (2) a extinção da dependência dos benefícios governamentais por meio de provimento e preparação para o trabalho e o incentivo ao casamento. (GAO, 2013).

No fundo a família não é suficientemente compreendida e, mesmo nos casos em que é pensada, não é considerada na trama das relações que a constituem para identificar nessas relações dificuldades e problemas e para oferecer soluções e respostas. Discutidos, abusos, violências, evasão escolar, trabalho infantil e mendicância, que podem ser encontrados no espaço da convivência familiar, não se resolvem com a oferta de um auxílio financeiro. Será necessário elaborar um programa que planeje a presença de técnicos e voluntários, que entrando na convivência cotidiana das

famílias, possam melhorar as relações familiares, fortalecendo a rede que elas constituem. Petrini (2015, p. 123).

No Brasil fazem-se necessárias mudanças nas políticas de apoio à família, visando a sua integração entre as diversas áreas como educação, saúde, segurança e sistema jurídico, bem como nas políticas referentes às pesquisas sobre esse mesmo tema, pois, como afirma Putnam (2001), indivíduos bem integrados em uma sociedade pouco conectada não é tão produtivo quanto indivíduos bem integrados numa sociedade bem conectada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se todo o estudo sobre família como capital social, e o desenvolvimento através da produção de capital social, urge a necessidade de uma maior efetividade das políticas no futuro, pois elas precisarão exibir maior sensibilidade às necessidades do desenvolvimento, balanceando as diferentes formas do capital social através do tempo e contextos socioeconômicos, visando o desenvolvimento sustentável bem como, articulando as políticas relativas à família, com as de pesquisa realizadas nas universidades e centros de pesquisas do país, bem como com as diversas áreas da sociedade.

Repensando à questão norteadora quanto à importância da família para o desenvolvimento sustentável, constata-se que a mesma, como capital social, é essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável, haja vista as discussões atuais sobre a relevância do capital social, visto como produto das relações entre as pessoas, e a complexidade das relações existentes no contexto familiar contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo. S.P., Editora Martin Claret, 2003.

BOURDIEU, Pierre, *Le Capital Social*. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Vol. 31, Janvier 1980. <http://letunifor.xpg.uol.com.br>, 20, nov., 2016.

_____, *The social structures of the economy*, Massachusetts, USA, Polity Press, 2005, (Kindle iOS Version).

BASKERVILLE, Stephen and COLLEGE, Patrick H. *Freedom and the Family: the Family crisis and the future of western civilization*, In: <http://www.nhinet.org/baskerville22-1.pdf>, April, 2009, Access in Nov, 2015

CARVALHO, Ana B. *O papel do pai na sociedade contemporânea: concepções de pais, funcionários de uma empresa estatal da Bahia.*, Salvador, Ba., Tese de Doutorado pela Universidade Católica do Salvador/Clark University USA, Apoio CAPES, 2013.

CARVALHO, Ana B. & MOREIRA, Lúcia .C.V. *O papel do pai e as políticas votadas à paternidade*. Curitiba, Editora CRV, 2016.

CARVALHO, Ana B. *Políticas de apoio à família e à paternidade: Uma visão comparada entre as políticas Norte-Americanas e Brasileiras*. Curitiba, Juruá, 2016.

COLEMAN, James. S. *Social capital in the creation of human capital*. American Journal Sociology, v.94, supplement: organizations and institutions: sociological and economic approaches of the analyses structure, 1988, p.95-120. Available in: <http://links.jstor.org/sici?sici=00021789602%281988%2994%3CS95%3ASCITCO%3E2.0.CO%3B2-P>, Accessed in: November, 2016.

LIPOVETZKY, Gilles. *A era do vazio*, São Paulo, Editora Manole Ltda., 2009.

McALLISTER, Fiona and BURGESS, Adrienne. *Fatherhood: Parenting Programmes and Policy: A Critical Review of Best Practice*, Fatherhood Institute and Promundo, 2012, In: <http://www.fatherhoodinstitute.org/wp-content/uploads/2012/07/Parenting-Programmes-and-Policy-Critical-Review-Full-Report.pdf>, Access in, September, 2018.

PETRINI, João Carlos. *Pós-modernismo e família*, Bauru, SP., Editora Universitária Sagrado Coração, 2003.

PETRINI, Giancarlo & DIAS, Marcelo. *Família como capital social e políticas familiares*. In: BASTOS, Ana C. *Família no Brasil*, Curitiba, Ed. Juruá, 2015.

_____. *Vida familiar: a busca da satisfação em meio a ambiguidades*. In: BASTOS, Ana C. *Família no Brasil*, Curitiba, Ed. Juruá, 2015.

PORTUGAL, Sílvia. *Famílias e redes sociais - ligações fortes na produção do bem-estar*. Edições Almedina, Coimbra, 2014, (Kindle iOS version).

PUTNAM, Robert D. *Bowing Alone: the collapse and revival of American community*. New York, Simon & Shuster, 2001, (Kindle iOS version).

SIRICO, R. A., & ZIEBA, M. *Coleção de textos magisteriais. Pontifício Conselho 'Justiça e Paz'. Vaticano. Recuperado em 31 julho, 2007, de <http://www.thesocialagenda.org/pdfs/portuguese.pdf>, (2000).*

SYREL, Mel E.S. *Generating Social Capital?: The Social Economy and Local Economic Development*. *European Urban and Region Studies*, available in:



<http://eur.sagepub.com/content/14/1/55>, accessed: Dec. 2012.

SHAPIRO, I. *The State of Democratic Theory*. Princeton: Princeton University, 2006.

STAUSS, L. & CROPSEY, J. *História da Filosofia Política*, Rio de Janeiro, RJ., 2013.

UNITED STATES GOVERNAMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. Report to Congressional Committees, Accessed in: May, 2014, available in: < www.gao.gov >.